

PROJETOS APROVADOS NO ESFORÇO CONCENTRADO

2 A 6 DE JUNHO

Matérias definidas previamente em acordo de líderes

PROJETO	O QUE FAZ	STATUS
PLC 62/2009 Complementar	Garante estabilidade provisória no emprego para quem detiver a guarda de criança recém-nascida no caso de morte da mãe.	Vai à sanção
PDS 787/2009	Obriga as concessionárias de energia elétrica a instalar, gratuitamente, medidores de dupla tarifação para produtores rurais que têm desconto no consumo para atividades de irrigação e de aquicultura.	Vai à Câmara dos Deputados
PLC 41/2014	Altera a Lei 12.619/2012 para ampliar o período máximo de trabalho contínuo do motorista para cinco horas e meia. Entre outras medidas, também cria seguro para os profissionais e estabelece regras para o exame toxicológico.	Volta à Câmara dos Deputados
PLC 58/2014	A Lei Menino Bernardo (Lei da Palmada) inclui dispositivos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), para garantir o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem castigos físicos e tratamento cruel ou degradante.	Vai à sanção
PLC 6/2014	O projeto cria gratificações por exercício cumulativo de cargos para os membros do Ministério Público da União (MPU). A gratificação será paga aqueles que forem designados em substituição, desde que a designação importe acumulação de cargos por período superior a três dias úteis.	Volta à Câmara dos Deputados
PLS 185/2008	O projeto inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigação de as escolas de educação básica exibir, por pelo menos duas horas por mês, filmes de produção nacional.	Vai à sanção
PLC 136/2011	Autoriza a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) a doar área de 10,1 hectares à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).	Vai à sanção
PLC 78/2013	O projeto cria, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, com sede em São Luís (MA), 17 cargos de provimento efetivo.	Vai à sanção

Matérias incluídas extra-pauta

PROJETO	O QUE FAZ	STATUS
PRS 18/2014	Autoriza o município de Florianópolis a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até US\$ 58 milhões.	Vai à promulgação
PLC 90/2013	Institui a Política Nacional de Cultura Viva, destinada a promover a produção e a difusão da cultura e o acesso aos direitos culturais dos diferentes núcleos comunitários de cultura.	Volta à Câmara dos Deputados
PLC 62/2012	Diferencia mais claramente no Código Penal os crimes de contrabando e descaminho e aumenta a pena por contrabando, atualmente de um a quatro anos de reclusão, para dois a cinco anos.	Vai à sanção
PRS 17/2014	Autoriza a contratação de empréstimo entre o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida) e a União (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Os recursos, cerca de R\$ 41 milhões, serão usados no Projeto Dom Helder Câmara, voltado ao combate à pobreza em 129 municípios do Semiárido nordestino.	Vai à promulgação
Mensagem 15/2014	Indicação de José Mauro da Fonseca Costa Couto para ser o novo embaixador do Brasil no Sudão.	Vai à promulgação
Mensagem 27/2014	Indicação de Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura chefiar as embaixadas do Brasil na Bulgária e na República da Macedônia.	Vai à promulgação

Matérias previstas e não votadas na pauta do esforço concentrado

PROJETO	O QUE FAZ	STATUS
PLS 281/2012	Altera o Código de Defesa do Consumidor (CDC) com o objetivo de aumentar a proteção nas relações de consumo no comércio eletrônico.	Não votado
PLS 283/2012	Trata de normas sobre crédito ao consumidor e sobre a prevenção ao superendividamento.	Não votado
PEC 35/2011	Objetivo acelerar a tramitação de tratados, atos e acordos internacionais no Congresso, permitindo que sejam enviadas pelo Executivo em regime de urgência.	Não votada
PEC 15/2011	Conhecida como PEC dos Recursos, possibilita a execução da pena após sentenças proferidas por órgãos colegiados ou pelo Tribunal do Júri, mesmo que ainda exista possibilidade de recurso.	Não votada
PEC 32/2010	Garante ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) o mesmo tratamento dado pela Constituição de 1988 ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).	Não votada
PLS 229/2009	Conhecido como projeto da Lei de Responsabilidade Orçamentária, altera as regras do processo orçamentário, entre elas, as que envolvem as emendas parlamentares. Pelo texto, cada estado pode apresentar apenas uma emenda de bancada, que hoje variam de 15 a 20 propostas.	Não votado
PLS 150/2013	Reconhece o período de defeso na pesca como tempo efetivo de contribuição para concessão de benefícios previdenciários para pescadores.	Não votado
PLS 264/1999	A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para exigir realização presencial de exames e defesa de trabalhos de mestrado e de doutorado a distância.	Não votado
PLS 559/2013	Elaborado pela Comissão de Modernização da Lei de Licitações, modifica vários pontos da Lei 8.666/1993. Uma das mudanças é a eliminação da carta-convite e da tomada de preços das modalidades de licitação.	Não votado